

ANEXO IV DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, no art. 3º, inciso XI, do Decreto 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013 (e suas atualizações) e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO, a Seção de Almoxarifado elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formado um Registro de Preços para a aquisição eventual dos materiais a serem detalhados.

2. DO OBJETO

2.1 DA ESPECIFICAÇÃO E DA QUANTIDADE:

2.1.1. Formação de registro de preços para aquisição eventual de **MATERIAL DE EXPEDIENTE, ACONDICIONAMENTO, EMBALAGEM e SINALIZAÇÃO**, para suprir as necessidades do estoque da Seção de Almoxarifado – SEALM, deste Tribunal, **durante o exercício 2022 e parte de 2023**, conforme especificações descritas abaixo:

Tabela 1 - Especificação dos Itens			
Item	Discriminação do Material	Unidade	Quantidade
1	Agenda permanente na cor preta, medindo aproximadamente 14,5 x 20,5 cm (variação máxima 5%), com capa dura em percalux, acabamento em hot stamp, encadernação costurada, 01 dia por página com horário 8:00 às 23:00, uma linha de anotação de compromissos para cada 30min, mínimo de 200 folhas em papel off-set branco de gramatura mínima 63 g/m², fitilho marcador de página, índice telefônico e calendário permanente (Cód. 150050).	Unidade	200
2	Almofada para carimbo nº 02, entintada na cor azul, com base retangular, esponja absorvente revestida em tecido, com tampa confeccionada em material plástico ou metal e com validade mínima remanescente de 18 meses. (Cód. 361696).	Unidade	4.000
3	Barbante 100% algodão, 08 fios torcidos e em rolo com 250 g, aproximadamente 184 metros. (Cód. 254473)	Rolo (250g)	360
4	Bloco de papel adesivo autocolante, tipo Post-It, reposicionável, medindo aprox. 76 mm x 102 mm (variação máxima 5%), em cores, distribuídas proporcionalmente (nas cores verde, amarelo, azul e rosa, admitindo-se mais cores) e com adesivo medindo aproximadamente 1 cm e com 100 folhas (Cód. 263613).	Bloco (com 100 folhas)	600
5	Borracha plástica com cinta plástica protetora, para apagar escrita, macia, atóxica, máxima apagabilidade, medindo aprox. 42 x 21 x 11 mm (variação máxima de 5%), para escrita a lápis e grafite, com validade remanescente mínima de 24 meses (Cód. 264123).	Unidade	500
6	Caixa de papelão personalizada, onda C, medidas mínimas de 550 x 450 x 450 mm (C x L x A), gramatura mínima 520 g/m², com impressão da frase: TRE-RO, em fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas com altura de 4 cm, na cor preta, em frente e verso (Cód.	Unidade	1.500



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	234244).		
7	Caixa de papelão personalizada, onda C, medidas mínimas de 600 x 600 x 800 mm (C x L x A), gramatura mínima 520 g/m ² , com impressão da frase: TRE-RO, em fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas com altura de 4 cm, na cor preta, em frente e verso. (Cód. 234244).	Unidade	1.600
8	Caixa Arquivo morto, confeccionada em papelão ondulado, onda tipo B, com impressão, medidas aproximadas 350 x 140 x 240mm, cor parda (Cód. 467481).	Unidade	4.000
9	Caneta esferográfica com tinta na cor azul, com corpo sextavado e transparente, que contenha orifício milimétrico para suspiro, com ponta metálica de 1.0 mm e esfera de tungstênio, escrita média, com tampo de fundo não rosqueável, com tampa antiasfixiante e validade permanente. Caixa contendo 50 unidades (Cód. 308103).	Unidade	10.000
10	Caneta esferográfica com tinta na cor preta, com corpo sextavado e transparente, que contenha orifício milimétrico para suspiro, com ponta metálica de 1.0 mm e esfera de tungstênio, escrita média, com tampo de fundo não rosqueável, com tampa antiasfixiante e validade permanente. Caixa contendo 50 unidades (Cód. 271023).	Unidade	1.500
11	Caneta/Pincel marcador permanente para CD, com ponta de poliéster indeformável de 2,0 mm, com tinta de secagem rápida à prova d'água e de atrito, na cor azul, validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 317250).	Unidade	120
12	Cartolina confeccionada em celulose vegetal, medidas mínima 50 x 65 cm, com gramatura 180 g/m ² e distribuída proporcionalmente nas cores azul, verde, amarela e branca, acondicionadas em embalagens com 100 folhas (Cód. 378980).	Unidade	3.000
13	Chaveiro identificador plástico transparente; modelo retangular, com etiqueta de identificação e argola niquelada; tamanho aproximado 25 x 60 mm, disponibilidade das cores azul, vermelho, amarelo e cristal. (Cód. 010294).	Unidade	1.000
14	Clips nº 1/0 em metal niquelado, tamanho 9 x 29 mm, com tratamento anti-ferrugem e em embalagem com 100 unidades (Cód. 272503).	Caixa (com 100 unidades)	400
15	Clips nº 3/0 em metal niquelado, tamanho 12 x 35 mm, com tratamento anti-ferrugem e em embalagem com 50 unidades (Cód. 305108).	Caixa (com 50 unidades)	600
16	Clips nº 6/0 em metal niquelado, tamanho 16 x 45 mm, com tratamento anti-ferrugem e em embalagem com 50 unidades (Cód. 298737).	Caixa (com 50 unidades)	400
17	Cola branca a base de PVA, com bactericida, lavável, atóxica, aspecto pastoso, com bico aplicador e em tubo com 90/ 100 g, validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 317551).	Unidade	1.200
18	Cola em bastão acondicionada em tubo cilíndrico com 20 g, com tampa hermética que evite o ressecamento, composta de material	Unidade	600



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	plástico atóxico, não glicerinado, de densidade tal que não permita a soltura de pedaços de cola no ato da aplicação, eficaz na colagem de papéis especiais e resinados (tipo fotografias) e com validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 292447).		
19	Cordão personalizado para crachá, 85 cm de comprimento x 15 mm de largura, confeccionado em poliéster, cor azul marinho com letras brancas, impressão nas duas faces, com o texto "TRE-RO", em todo o cordão, com trava metálica e presilha tipo jacaré, fixada diretamente no cordão, conforme Anexo III do Termo de Referência. (Cód. 474051)	Unidade	1.000
20	Elástico nº 18, confeccionado em látex natural, não tóxico, com dimensões mínimas de 80mm de comprimento e 2mm de largura, na cor amarela e em embalagem com 100g, com validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 324135)	Pacote (embalagem com 100g)	400
21	Estilete retrátil com lâmina metálica medindo 18 mm de largura (lâmina larga), com corpo e quebrador de lâmina confeccionado em termoplástico, empunhadura emborrachada anatômica, com suporte interno para lâmina confeccionado em aço carbono bicromatizado, com trava de segurança, lâminas substituíveis e com pontas renováveis. Acompanha 2 lâminas reservas internas (Cód. 238683)	Unidade	500
22	Extrator de grampo 26/6, material aço inoxidável, tipo espátula, dimensões aproximadas 150 x 20mm (Cód. 311193) .	Unidade	360
23	Fita adesiva colorida para demarcação de piso/solo, confeccionada em PVC, fita com dimensão de 30 metros de comprimento por 48 ou 50 mm de largura. Somente serão aceitas nas cores verde, vermelha, azul e amarela. (Cód. 380959)	Rolo (com 30m)	4.000
24	Fita adesiva dupla face transparente, confeccionada em filme de polipropileno bi-orientado, recoberto com adesivo a base de borracha natural e resinas sintéticas de ambos os lados, medindo 24 mm x 30 m (variação máxima 5%) e com validade remanescente mínima de 24 meses (Cód. 419546).	Unidade	1.800
25	Fita adesiva plástica transparente, medindo aprox. 45/50 mm x 100 m, com espessura de 0,14 mm e com adesivo à base de elastômero e resina sintética. Validade remanescente mínima de 24 meses (Cód. 313901)	Unidade	3.600
26	Fita corretiva para correção a seco, confeccionada a base de poliacrilato, secagem instantânea, acondicionada em gabinete transparente, design ergonômico, com tampa protetora e com medidas mínimas de 4 mm x 10 m. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 361356).	Unidade	180
27	Fita sinalização, tipo zebra, material plástico, medidas aproximadas de 200m comprimento e 70 mm largura, cor preta e amarela, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato cores em diagonal. (Cód. 481049).	Rolo (com 200m)	360
28	Grampeador em metal, tipo de mesa, corpo em aço escovado, cor preta ou cinza escuro, base emborrachada anatômica, com utilização de	Unidade	360



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	grampos mod. 26/6 e 26/8, capacidade para até 50 folhas e com garantia mínima de 12 meses (Cód. 029262).		
29	Grampo para grampeador modelo 26/6, galvanizado, com tratamento antiferrugem e em caixa com 5000 unidades (Cód. 203144)	Caixa (com 5000 unidades)	360
30	Lápis preto n. 02, apontado, com corpo sextavado, isento de madeira, confeccionado em resina termoplástica, formato corpo cilíndrico, diâmetro do corpo 8 mm, comprimento total 175 mm, na cor preta e com grafite HB n. 02, em caixa com 144 unidades (Cód. 396636).	Unidade	5.760
31	Marca texto com tinta fluorescente a base d'água, na cor amarela, com filtro de poliéster, com ponta chanfrada de polietileno, com traço mínimo de 3,6 mm e com presilha fixadora na tampa, validade remanescente mínima de 18 meses (Cód. 300527).	Unidade	1.200
32	Organizador de escritório vertical em acrílico transparente para armazenamento de documentos, com três divisórias, cor azul, cristal ou fumê, pode ser utilizado tanto na posição vertical e horizontal, deve possuir orifícios na parte traseira, permitindo a fixação do produto em parede. Dimensões mínimas: 11,5cm X 23,4cm x 33,5cm. (Cód. 150278)	Unidade	60
33	Organizador de escritório em acrílico transparente, tipo caixa de correspondência simples, uma bandeja, para armazenamento de documentos, cor cristal ou fumê. Dimensões mínimas: 3,4 X 25,4 X 37,4 cm	Unidade	50
34	Papel A4 amarelo com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 297 mm, com gramatura 75g/m², em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade (Cód. 461855).	Resma (com 500 folhas)	200
35	Papel A4 alcalino branco com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 297 mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m², em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade (Cód. 275655).	Resma (com 500 folhas)	3.000
36	Papel almaço pautado, branco, com margem, folha dupla, confeccionado a base de celulose vegetal, com gramatura não inferior a 63 g/m², com medidas mínimas de 200 mm x 280 mm, pacote com 400 folhas e cada caderno interno com 10 folhas duplas (Cód. 414973).	Resma (pacote com 400 folhas)	60
37	Papel couche branco A4 brilhante, confeccionado a base de celulose vegetal não reciclada, com gramatura de 180g/m², medindo 210 x 297 mm, acondicionado em embalagem com 50 folhas (Cód. 358683).	Embalagem com 50 folhas	250
38	Papel kraft confeccionado a base de celulose vegetal, cor natural ou branco, conforme demanda da administração, com medidas mínimas	Unidade	4.000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	de 60 x 90 cm e gramatura mínima de 80g/m ² (Cód. 262864)		
39	Papel Vergê branco A4, confeccionado a base de celulose vegetal com gramatura de 180g/m ² , medindo 210 x 297 mm, acondicionado em embalagem com 50 folhas (Cód. 297355)	Embalagem com 50 folhas	100
40	Pasta com aba elástica, confeccionada em polipropileno transparente, com espessura de 0,40mm, lombada de 2,5 cm, na cor azul-escuro, com detalhes em relevo telado, com elástico prensado e suporte metálico (dispensando o uso de nó), medindo aproximadamente 245 X 180 mm (Cód. 423578)	Unidade	500
41	Pasta com aba elástica, confeccionada em polipropileno transparente, lombada, na cor azul-escuro, com detalhes em relevo telado, com elástico prensado e suporte metálico (dispensando o uso de nó) na mesma cor da pasta e medindo aproximadamente 335mm A x 245mm L (Cód. 316875).	Unidade	2.000
42	Pasta com aba elástica, confeccionada em polipropileno transparente, com espessura de 0,40mm, com lombada (dorso) de 4 cm de altura, na cor azul-escuro, com detalhes em relevo telado, com elástico prensado e suporte metálico (dispensando o uso de nó) na mesma cor da pasta e medindo aproximadamente 335mm x 245mm x 40 mm (Cód. 293699).	Unidade	4.000
43	Pasta com grampo trilho plástico não aparente (interno), confeccionada em polipropileno de espessura 0,40mm, na cor azul-escuro e medindo, aproximadamente, 335mm x 245 mm (Cód. 293705)	Unidade	500
44	Pasta Plástica (caixa arquivo morto), tipo polionda, espessura mínima de 2mm, na cor azul escuro, com impressão, medindo aproximadamente 360 x 250 x 130mm, acondicionada em embalagem com 50 ou 100 unidades. (Cód. 468082)	Unidade	2.000
45	Pasta plástica em polipropileno transparente, tipo L, cor azul ou fumê, para o transporte e armazenamento de documentos, medindo aproximadamente 310 x 220 mm. (Cód. 418052).	Unidade	500
46	Pasta registradora AZ, na cor azul royal, confeccionada em cartão de alta densidade revestido em polipropileno em dupla face (externo e interno), com visor plástico transparente de alta densidade, com duas aberturas para fixar o prendedor (trava para fechamento), ferragens e olhal em metal niquelado, com bordas revestidas em metal niquelado, com prendedor metálico acionado por alavanca de alta pressão, com fixador de papel a base de pressão (confeccionado em metal) e medindo aproximadamente 280mm x 350mm x 80 mm - lombo largo (Cód. 327083).	Unidade	600
47	Pasta Umedecedora de dedos (molhador de dedos), à base de glicerina, não tóxica e em embalagem contendo 12g, validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 249588)	Unidade	4.000
48	Pincel marcador (atômico) recarregável, nas cores azul, preta e vermelha (distribuídas proporcionalmente em 50%, 25% e 25%, respectivamente), com tinta permanente de secagem rápida, para aplicação em diversas superfícies (inclusive plásticas), com ponta	Unidade	1.200



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	chanfrada de duas espessuras mínimas de traço (2 e 5 mm), sistema de recarga a base de tinta e com validade remanescente mínima de 24 meses (Cód. 299292).		
49	Pincel marcador para quadro magnético (branco), recarregável, com ponta indeformável em acrílico de espessura mínima de 2 mm, (ponta substituível) de tinta de secagem rápida e fácil remoção, recarregável, nas cores azul, preta e vermelha (distribuídas proporcionalmente em 40%, 40% e 20%, respectivamente), validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 244303).	Unidade	180
50	Plástico bolha de alta resistência, acondicionado em bobina medindo no mínimo 1,20 m de largura x 100 m de comprimento, diâmetro da bolha 10 mm, em gramatura mínima de 120 gr/m ² e máximo 150 gr/m ² (Cód. 239234).	Rolo (com 100m)	20
51	Plástico de Filme Stretch Manual, transparente, material polietileno, largura 500mm, espessura mínima de 25 micras, peso líquido do filme de no mínimo 3kg, bobina com diâmetro interno de 3"(polegadas). (Cód. 327083)	Unidade	200
52	Porta caneta/clips/lembrete conjugado, confeccionado em plástico poliestireno injetado, na cor azul, com acabamento arredondado nas bordas, medindo aproximadamente 220mm de comprimento, 65mm de largura, 90mm de altura máxima e com espessura mínima da placa de acrílico em 2mm (Cód. 202543).	Unidade	60
53	Porta crachá horizontal, com alça e presilha metálica tipo jacaré, medindo 7cm x 10 cm, confeccionado em PVC Cristal, acondicionado em embalagem com 50 unidades	Pacote (com 50 unidades)	500
54	Prancheta confeccionada em poliestireno, nas cores azul, fumê ou cristal (de acordo com a demanda da administração), com prendedor confeccionado em material plástico, com bordas arredondadas, medindo aproximadamente 360 x 240 mm, espessura 3mm. (Cód. 312783)	Unidade	500
55	Régua comum, confeccionada em acrílico transparente rígido (não maleável), com graduação milimetrada e medindo 30 cm de comprimento (Cód. 305103).	Unidade	4.000
56	Tesoura multiuso, com lâmina em aço inox 8 1/2", com cabo anatômico revestido em polipropileno na cor azul/preta, com parafuso (fenda/philips) para ajuste de pressão e medindo aproximadamente 21 cm de comprimento (Cód. 283560).	Unidade	1.000
57	Tinta sem óleo para almofada de carimbo, a base d'água, nas cores preta ou azul, conforme demanda da administração, em frasco com 40ml, validade remanescente mínima de 18 meses (Cód. 284286).	Unidade	120

2.1.2 Os subelementos de despesas dos materiais de expediente e de acondicionamento e embalagem, bem como sinalização foram agrupados em um único certame com fundamento no art. 2º, § 1º, I, da IN TRE-RO n. 04/2008.



2.2 REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

2.2.1 Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalecerá a estabelecida neste Termo de Referência.

2.2.2 Será exigido das licitantes, necessariamente, a indicação da **MARCA, MODELO** (no que couber) conforme ANEXO I - FORMULÁRIO DE DE PROPOSTA ([0799644](#)).

2.2.3 Na ocorrência de dúvidas quanto ao modelo, marca e qualidade - uma vez que o nome de um mesmo objeto pode ter variação regional - o Pregoeiro poderá solicitar o envio de imagens, prospectos, folders para fins de aceitação do produto ofertado - medida que permitirá aferir o atendimento das especificações definidas neste Termo de Referência.

2.2.4 Independentemente da alínea anterior, permanecendo dúvida de qualidade, marca, modelo acerca dos produtos ofertados pela licitante, o Pregoeiro poderá solicitar **AMOSTRAS** desses produtos.

2.2.5 Os materiais cotados deverão atender às regras de sustentabilidade ambiental estabelecidas no capítulo 5 deste TR.

2.3 DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS PARA FORMAÇÃO DO SRP

2.3.1 Por força da previsão normativa do art. 14, do Decreto n. 7.892/2013, que atribui à Ata de Registro de Preços a natureza de compromisso de fornecimento, o quantitativo descrito na planilha é estimativo, não obrigando a Administração à sua aquisição efetiva.

2.4 DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS

2.4.1 Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

2.4.2 O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, comprovado pelo Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado, quando não expressos nas especificações dos materiais.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. DA NECESSIDADE:

3.1.1. Justifica-se este registro de preços para eventual aquisição de materiais, em razão da manutenção das atividades laborais ordinárias e eleitorais de todos que trabalham neste Egrégio Tribunal, inclusive no que for tocante ao atendimento ao público.

3.1.2 O quantitativo solicitado foi obtido levando-se em consideração estatística de consumo anterior, bem como a demanda vindoura ordinária e pleito eleitoral 2022.

3.1.3 A aquisição de material de expediente é notoriamente necessária para o bom andamento das atividades judiciais e administrativas deste Tribunal. Para atender satisfatoriamente a essa demanda é necessário que a

Seção de Almoxarifado mantenha um estoque adequado de materiais, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária e eleitoral de 2022, bem como parte do próximo exercício.

3.2 DO AGRUPAMENTO DE SUBELEMENTOS DE DESPESA

3.2.1 Opta-se, neste Termo de Referência, pelo agrupamento dos seguintes subelementos de despesas:

I - Classificação 16 – Material de Expediente (item 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57)

II - Classificação 19 – Material de Acondicionamento e Embalagem (itens 3, 6, 7, 38, 50, 51)

III - Classificação 44 - Material de sinalização (itens 23, 27, 53)

3.2.2 O agrupamento ora adotado é permitido pela Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, em seu art. 2º, § 1º, I. Isso porque os materiais em questão guardam semelhança e são, geralmente, fornecidos por um mesmo ramo de comércio, o que amplia o interesse de participação. Busca-se, dessa forma, alcançar maior competitividade.

3.2.3 Além disso, ao lançar mão desse agrupamento, verificam-se as seguintes vantagens:

I – Instauração de um único procedimento, deflagrando-se um único certame para aquisição de diversos itens;

II – Economia processual, pois a tramitação ocorrerá em um único processo;

III – Competitividade, uma vez que empresas de ramos diversificados poderão participar do mesmo certame disputar todos os itens, se assim o quiserem.

3.2.4 Por essas razões, entendemos pertinente o agrupamento de subelementos de despesa em um único certame.

4.0 DOS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

4.1.2 Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2022, constante no processo SEI [0002168-78.2021.6.22.8000](#), e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Realizar a Justiça;
- Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

4.1.3 Adotar-se-á como valores: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

4.2. DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.2.1 Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos contábeis para alinhar às necessidades orçamentárias, ao aprimoramento do processo eleitoral e à prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1 De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.

5.2 No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4 O novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.5 EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

5.5.1 Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.6 O atendimento desses requisitos deverá constar da declaração contida no ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA ([0799644](#)), podendo ser exigida sua comprovação no decorrer do certame e também quando do recebimento dos materiais pela Seção de Almoxarifado.

5.7 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA

5.7.1 Não será exigido o referido cadastro sob pena de prejudicar a competitividade do certame, em virtude da dificuldade em conseguir os CNPJs dos diversos fabricantes. Ademais, dos CNPJs pesquisados pela SEALM, constatou-se um reduzido número de fabricantes regularizados no IBAMA. Registra-se ainda que está sendo exigido o Registro/Notificação da Anvisa de diversos itens, procedimento que também pode aferir a adequação técnica dos produtos.

5.7.2 Dessa forma, a manutenção dessa exigência exigiria uma diligência pouco racional ou mesmo desarrazoada consistente na pesquisa dos CNPJs de todas os fabricantes brasileiros dos 18 itens de equipamentos deste TR, e, após, verificar se as tais marcas cadastradas poderiam atender às especificações, ou mesmo abrir mão daquelas necessárias ao atendimento da demanda.

5.7.3 Nesse viés, embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, forçoso reconhecer que a manutenção dessa exigência poderá conduzir ao fracasso do certame. É possível mesmo falar, em tese, de restrição de competitividade. Assim, de forma justificada, não será exigida essa obrigação, situação que, por sua vez, não destoa da posição que vem adotando o TCU em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

5.7.4 Esta unidade está se preparando para criar quadro com os CNPJs dos principais fabricantes. Dessa forma, restando no mínimo 3 marcas que atendem as especificações básicas pretende-se consultar o CTF/IBAMA. Estando os 3 fabricantes com cadastro regular será exigida a obrigação. Caso contrário, não; evitando-se, assim, a restrição à competição do certame.

6 - DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. CABIMENTO:

6.1.1 É necessário que o material objeto deste TR seja adquirido de **forma parcelada**, pois permitirá a otimização do espaço disponível para armazenagem no almoxarifado do Órgão, insuficiente para receber todos os materiais de uma única vez. Alguns itens possuem estoque atual, mas há grande probabilidade de serem demandados no exercício vindouro.

6.1.2 Além disso, alguns desses materiais serão demandados frequentemente.

6.1.3 Alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas há probabilidade de ocorrer no decorrer do exercício.

6.1.4 Dessa forma, a adoção do registro de preços, com cronograma de aquisições pré-definido neste TR, encontra abrigo no art. 7º, incisos I e II do Decreto Federal n. 7892/2013.

6.1.5 Tem-se ainda que a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permitirá que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

6.1.6 Por fim, o registro de preços possibilita a utilização da futura ata por órgãos não participantes do certame, o que tornará o certame mais atrativo aos fornecedores e refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

6.1.7 Dadas todas essas circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

6.1.8 Importante ressaltar que não há registro de preços vigente para eventual aquisição de material deste Termo de Referência. Além disso, o material objeto deste Termo de Referência é para suprir, em sua maioria, as necessidades ordinárias e eleitorais do restante do exercício 2022 e parte de 2023.

6.2 DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

6.2.1 A Seção de Almoxarifado manifesta-se **desfavorável** a divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP), em razão de alguns itens estarem com o estoque comprometido. Ademais, alguns materiais estão sem estoque na SEALM por não existir Ata de Registro de Preços vigente, deste modo, pondera-se pela não divulgação de IRP por entender que essa medida atrasaria ainda mais o certame licitatório.

6.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

6.3.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

6.3.2 JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão em razão das **especificações dos materiais**, bastantes usuais em inúmeros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP.

6.3.3 De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.3.4 De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.892/2013.

6.3.5 No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6.3.6 Para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.



7 - DO ORÇAMENTO, VALORES E CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

7.1 DOS VALORES ESTIMADOS

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.2.1. A presente contratação atenderá à demanda deste TRE em parte dos exercícios 2022 e 2023. **Os quantitativos e valores são estimados, não obrigando a Administração a adquirir sua totalidade**, fazendo-o de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária.

7.2.2. As aquisições estão incluídas no Plano Anual de Contratação para 2022, constante no processo SEI [0002168-78.2021.6.22.8000](#).

7.2.3. O quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

Tabela 3 - Cronograma de aquisição					
ITEM	MATERIAL	QTD	2º SEM 2022	1º SEM 2023	MÍNIMO
1	Agenda Permanente	200	0	200	50
2	Almofada para carimbo	4000	4000	0	500
3	Barbante	360	180	180	100
4	Bloco de papel	600	600	0	100
5	Borracha	500	500	0	100
6	Caixa de papelão média	1500	1500	0	500
7	Caixa de papelão grande	1600	1600	0	500
8	Caixa de papelão para arquivo morto	4000	2000	2000	1000
9	Caneta azul	10000	8000	2000	1000
10	Caneta preta	1500	0	1500	500
11	Caneta marcadora para CD/DVD	120	0	120	60
12	Cartolina	3000	2000	1000	1000
13	Chaveiro plástico	1000	500	500	200
14	Clips em metal 1/0	400	200	200	100
15	Clips em metal 3/0	600	400	200	100



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

16	Clips em metal 6/0	400	200	200	100
17	Cola branca	1200	600	600	200
18	Cola em bastão	600	300	300	200
19	Cordão personalizado para crachá	1000	500	500	250
20	Elástico em látex	400	300	100	100
21	Estilete	500	300	200	100
22	Extrator de grampos	360	360	0	100
23	Fita adesiva para piso	4000	4000	0	250
24	Fita adesiva dupla face 24mm x 30m	1800	1000	800	500
25	Fita adesiva 48/50mm x 100m	3600	2600	1000	500
26	Fita corretiva	180	90	90	50
27	Fita zebra	360	180	180	50
28	Grampeador	360	180	180	50
29	Grampo para grampeador	360	180	180	50
30	Lápis preto	5760	4000	1760	500
31	Marca texto	1200	600	600	250
32	Organizador com 3 divisórias	60	30	30	20
33	Organizador simples	50	50	0	20
34	Papel A4 amarelo	200	100	100	50
35	Papel A4 branco	3000	2000	1000	500
36	Papel Almaco	60	40	20	20
37	Papel Couchê branco	250	0	250	50
38	Papel Kraft pardo/branco	4000	2000	2000	500
39	Papel Vergê branco	100	0	100	25
40	Pasta plástica 1/2 ofício com elástico e lombada	500	250	250	100
41	Pasta plástica com elástico	2000	1000	1000	250

42	Pasta plástica com elástico e lombada	4000	2000	2000	500
43	Pasta plástica com grampo trilho	500	250	250	100
44	Pasta plástica para arquivo morto	2000	1000	1000	250
45	Pasta plástica em L	500	300	200	100
46	Pasta AZ	600	300	300	200
47	Pasta umedecedora para dedos	4000	2000	2000	500
48	Pincel marcador com tinta permanente	1200	600	600	200
49	Pincel marcador para quadro branco	180	90	90	50
50	Plástico bolha	20	0	20	10
51	Plástico filme Stretch	200	100	100	25
52	Porta caneta, cliques e lembrete	60	0	60	20
53	Porta crachá	500	400	100	50
54	Prancheta	500	300	200	50
55	Régua	4000	3000	1000	500
56	Tesoura	1000	500	500	100
57	Tinta sem óleo para carimbo	120	120	0	60

7.3 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:

7.3.1 A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame.

7.3.2 Na busca pela aderência ao planejamento orçamentário, as despesas oriundas da contratação do objeto deste TR, no montante de R\$ ____ (____), serão cobertas pelo Orçamentos 2022 e 2023, nos Planos Internos ADM MATEXP (Ordinário) e FUN MATAUX (Eleitoral).

7.3.3 Registra-se que o orçamento ordinário para 2023 ainda está em fase de elaboração.

8 – DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma



eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR.

8.1.2 Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

8.2 APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

8.2.1. ITEM 23 (fita adesiva para demarcação de piso): Para atendimento do art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006 e caput do art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, esta unidade manifesta-se pela divisão do quantitativo destes itens, com destinação de 25% (vinte e cinco por cento) para atendimento das referidas normas.

8.2.2. DEMAIS ITENS: Considerando que os valores individuais estimados para esses itens da contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.

8.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTA:

8.3.1 A aceitação das propostas obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

I - A proposta deverá informar, necessariamente, a **MARCA** e, quando aplicável, o **MODELO** do produto ofertado;

II - O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do produto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de **até 2 (duas) horas** para o envio, sob pena de recusa da proposta;

III - Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da licitante, o Pregoeiro poderá solicitar o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;

a) O envio e a devolução da amostra de materiais correm às expensas da licitante. A Administração se reserva no direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado para verificar a compatibilidade da amostra com o produto efetivamente entregue.

IV - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

V - As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

VI - Os preços cotados pelos licitantes deverão compreender todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte e frete, garantia, abrangendo também, além de outros, as despesas fiscais e tributárias e encargos sociais decorrentes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos bens cotados.



VII - SOB PENA DE NÃO-ACEITAÇÃO DA PROPOSTA: AS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR O DOCUMENTO DE PROPOSTA - NA FORMA DO ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA ([0799644](#)) E ADIANTE LISTADOS - CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES, DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE PROPOSTA ALI RELACIONADOS, JUNTO COM A PROPOSTA, EXCLUSIVAMENTE, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, ATÉ A DATA E HORA MARCADAS PARA ABERTURA DA SESSÃO, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á, AUTOMATICAMENTE, A FASE DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO:

a) Para todos os itens: Declaração assinada, nos termos do ANEXO I deste TR, de cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010;

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado;

IX - Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a **12 (doze) meses, nos termos do Capítulo 2, item 2.4 deste TR;**

X - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

XI - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

XII - O preço estimado do item é o parâmetro utilizado pelo pregoeiro para aceitação da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

XII - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço para o item cotado.

8.4 DA HABILITAÇÃO: Não havendo exigência de habilitação específica esta deverá ser feita de acordo com as regras definidas no edital.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

9.2 A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

9.3 Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

9.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.4 Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo



de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.6 Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo subitem 5 deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

9.7 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

9.8 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. A compromissária deverá manter atualizados todos os seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefones e identificação do(s) Representante Legal da Empresa, durante todo o período de Vigência da Ata de Registro de Preços.

9.9 Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10 – DO CONTRATO

10.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.1.1 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá comprovada a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

10.1.2 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.1.3 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.1.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

10.1.5 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2 DO PRAZO DE ENTREGA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.2.1 Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.2.2 Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

10.2.3 Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.2.4 Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

10.3 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

10.3.1 São obrigações da Administração contratante:

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) **Receber provisoriamente** os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) **Receber definitivamente** os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de condicionamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realizado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.3.2 São obrigações da contratada - Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital do certame e seus anexos, em sua proposta e na Ata de Registro de Preços, obriga-se a contratada a:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000.

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h.

b) Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

i) entregar os materiais:

i1) de acordo com os requisitos de sustentabilidade registrados na sua declaração, contido no ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0799644);

i2) que tenham a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, quando exigido.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão no edital do certame.

11.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.



II - Descumprimentos das **demaís obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, se não previsto de forma diversa:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

11.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pela descumprimento da obrigação de entrega ou substituição dos materiais, após a devida notificação;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, em caso de recusa de fornecimento da integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucesivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

11.4. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

11.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

11.7 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.8 No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

11.9 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

11.10 As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.11 O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer.

12.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

12.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial, inclusive e-mail funcional, e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

12.4 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

13 – DOS ANEXOS

13.1 São anexos do TR:

I - Formulário de Proposta ([0799644](#));

II - Pesquisa de Preços ([0844075](#));

III - Arte do Item 19 ([0849582](#)).



Documento assinado eletronicamente por **WALTER RONALDO MOUZINHO GUIMARÃES JÚNIOR, Chefe de Seção**, em 28/06/2022, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0849728** e o código CRC **C8762F59**.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

0000837-95.2020.6.22.8000

0849728v4

Criado por 012736682364, versão 4 por 012736682364 em 28/06/2022 12:01:45.